



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0010937-69.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Thiago Avelar Albo**  
 Requerido: **Intermédica Sistema de Saúde Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DE C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou manter plano de assistência médica e hospitalar com a ré através de sua empregadora (Fundação CASA).

Alegou ainda que sua esposa – que não é sua dependente no aludido plano – estava em estágio adiantado de gravidez de alto risco, ressaltando que há alguns anos ela já perdera uma criança pouco após o nascimento.

Salientou que a ré se negou a estender ao filho que irá nascer a cobertura do plano antes da emissão da certidão de nascimento, muito embora o parto fosse prematuro, necessitando o infante de cuidados de UTI.

Almeja à condenação da ré a incluir seu filho no plano de saúde antes da confecção da certidão de nascimento.

A preliminar de ilegitimidade ad causam suscitada em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, a condição do autor de titular do plano de saúde em apreço está cristalizada no documento de fl. 03 e não foi em momento algum refutada pela ré.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Isso basta para que o mesmo figure no polo ativo da relação processual, até porque em última análise ela afetará a situação do plano de saúde do qual o autor, como assinalado, é o titular.

Ainda que a medida beneficie a criança, tocava ao autor aforar a ação porque foi ele quem estabeleceu o liame jurídico com a ré cuja mudança postulou, sendo o responsável pela extensão da contratação.

Rejeito a prejudicial arguida, pois.

No mérito, a pretensão deduzida prospera.

Isso porque como declinado a fl. 02 a divergência entre as partes se estabeleceu porque a ré se recusou a estender a cobertura do plano de saúde do autor ao filho que iria nascer, argumentando que somente poderia assim proceder após a emissão da respectiva certidão de nascimento.

Ora, como cópia dela foi acostada a fl. 92, não há dúvida da pertinência da providência reclamada.

Outrossim, isso já deveria ter acontecido desde o início do feito, como determinado na decisão de fl. 06.

Comprovou-se a fls. 04/05 que no dia 18 de fevereiro de 2011 um filho do autor com Alice Rangel Nascimento nasceu, vindo a falecer no dia 22 do mesmo mês.

Já os documentos de fls. 93/227 denotam que a nova filha do autor e de Alice nasceu prematuramente (trinta semanas) e necessitou de inúmeros cuidados na UTI Neonatal da “Casa de Saúde” local.

Nessas condições, transparecia descabida a exigência apresentada pela ré no sentido de que somente poderia incluir a infante como dependente do autor após a lavratura do registro de nascimento.

Antes mesmo dessa medida era imprescindível a inclusão para viabilizar o adequado atendimento à criança, até porque do contrário haveria concreto risco à sua vida.

A análise desses valores prepondera sobre qualquer norma contratual que respaldasse eventualmente a postura da ré, não se concebendo que ela atendesse assim à expectativa do autor no momento em que aderiu ao plano de saúde em pauta.

Assim sendo, diante do que restou apresentado a fl. 92 e considerando a excepcionalidade da situação posta, o acolhimento do pleito formulado é de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a no prazo de dez dias incluir a filha do autor, Karolina Nascimento Albo, como sua dependente no plano de saúde tratado nos autos, sob pena de multa diária de R\$ 500,00, até o limite de R\$ 20.000,00.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Torno definitiva a decisão de fl. 06.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 31 de janeiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**